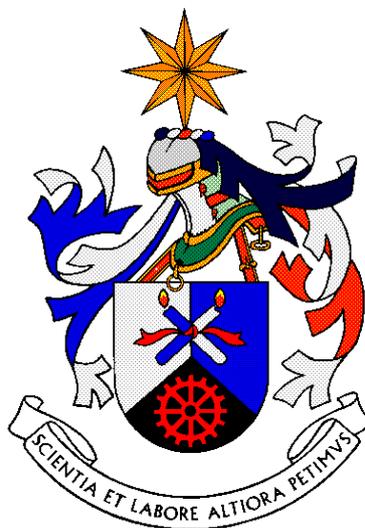


Universidade da Beira Interior

Relatório e Contas 2013





UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR



Índice

1.	Mensagem do Reitor.....	7
2.	Universidade da Beira Interior.....	9
2.1.	História	9
2.2.	Símbolos.....	11
2.3.	Enquadramento Organizacional.....	12
2.4.	Natureza e Regime Jurídico.....	12
2.5.	UBI - Organização - Estruturas.....	13
2.6.	SIGQ - Sistema Interno de Garantia de Qualidade	15
2.6.1.	Missão, Visão e Valores	15
2.6.1.1.	Missão	15
2.6.1.2.	Visão	15
2.6.1.3.	Valores	16
2.7.	Certificação	17
2.8.	Sustentabilidade	18
2.8.1.	Água.....	20
2.8.2.	Eletricidade.....	22
2.8.3.	Gás Natural.....	23
2.8.4.	Gás Propano.....	24
2.8.5.	Gasóleo rodoviário	25
2.8.6.	Comunicações.....	27
2.8.7.	Emissões de dióxido de carbono.....	28
2.9.	Avaliação Económica e Financeira.....	29
2.9.1.	Enquadramento macroeconómico	29
2.9.2.	Comércio Internacional de bens.....	30
2.9.3.	Execução Orçamental	30
2.9.4.	Despesa corrente do Estado:	31
2.9.5.	Avaliação Económica e Financeira.....	32
2.9.5.1.	Análise Orçamental	32
2.9.5.2.	Análise Patrimonial	40
2.9.5.2.1.	Balanço	40
2.9.5.2.2.	Demonstração Resultados	42



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

2.9.6.	Indicadores Económicos e Financeiros	45
2.9.6.1.	Análise Económica	45
2.9.6.2.	Análise Financeira.....	46
2.9.6.3.	Análise Alternativa	47
3.	Serviços de Ação Social da Universidade da Beira Interior	48
3.1.	Análise Orçamental	48
3.2.	Análise Patrimonial	51
3.2.1.	Balanço	52
3.2.1.1.	Ativo	52
3.2.1.2.	Passivo e Fundos Próprios.....	52
3.2.2.	Demonstração Resultados.....	53
3.2.2.1.	Custos e Perdas.....	53
3.2.2.2.	Proveitos e Ganhos.....	54
3.3.	Indicadores Económicos e Financeiros	54
3.3.1.	Análise Económica	54
3.3.2.	Análise Financeira.....	55
3.3.3.	Análise Alternativa	55
4.	Contas Consolidadas	57
5.	Recursos Humanos	62
5.1.	U.B.I.	62
5.2.	S.A.S.U.B.I.	64
5.3.	Formação	66
6.	Parecer do Fiscal Único	68
7.	Certificação Legal de Contas.....	69
8.	Anexo UBI (Demonstrações Financeiras e Fluxos de Caixa).....	75
9.	Anexo SASUBI (Demonstrações Financeiras e Fluxos de Caixa)	86



Índice Figuras

Figura 1 - Água
Figura 2 - Eletricidade
Figura 3 - Gás Natural
Figura 4 - Gás Propano
Figura 5 - Gasóleo Rodoviário

Índice Tabelas

Tabela 1- Orçamento de Estado Atribuído
Tabela 2 - Execução Orçamental - Origem e Aplicação de Fundos.....
Tabela 3 - Evolução da Execução Orçamental - Despesa
Tabela 4 - Evolução da Execução Orçamental - Receita.....
Tabela 5 - Unidades e Subunidades Orgânicas - Custos.....
Tabela 6 - Projetos 2013.....
Tabela 7 - Evolução das componentes do ativo.....
Tabela 8 - Evolução do imobilizado e dos investimentos financeiros.....
Tabela 9- Evolução das componentes do passivo e fundos próprios
Tabela 10 - Evolução dos custos e perdas
Tabela 11 - Evolução dos proveitos e ganhos
Tabela 12 - Indicadores de análise económica.....
Tabela 13 - Indicadores de análise financeira
Tabela 14 - Produtividade e eficiência da UBI.....
Tabela 15 - Orçamento de Estado Atribuído
Tabela 2 - Execução Orçamental - Origem e Aplicação de Fundos
Tabela 3 - Evolução da Execução Orçamental - Despesa
Tabela 4 - Evolução da Execução Orçamental - Receita
Tabela 5 - Unidades e Subunidades Orgânicas - Custos
Tabela 6 - Projetos 2013



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Tabela 7 - Evolução das componentes do ativo

Tabela 8 - Evolução do imobilizado e dos investimentos financeiros

Tabela 9- Evolução das componentes do passivo e fundos próprios

Tabela 10 - Evolução dos custos e perdas

Tabela 11 - Evolução dos proveitos e ganhos

Tabela 12 - Indicadores de análise económica

Tabela 13 - Indicadores de análise financeira

Tabela 14 - Produtividade e eficiência da UBI

Tabela 15 - Orçamento de Estado atribuído (em Euros)

Tabela 16 - Execução Orçamental - Origem e Aplicação de Fundos (em Euros)

Tabela 17 - Evolução da Execução Orçamental - Despesa

Tabela 18 - Evolução da Execução Orçamental - Receita

Tabela 19 - Análise do Ativo

Tabela 20 - Análise do Passivo e Fundos Próprios

Tabela 21 - Análise Custos e Perdas

Tabela 22 - Análise Proveitos e Ganhos

Tabela 23 - Indicadores de Análise Económica



1. Mensagem do Reitor

Tendo tomado posse como reitor da UBI em 5 de Setembro de 2013, quero desde já assinalar a resiliência que a UBI tem demonstrado face às adversidades que entretanto enfrentou, nomeadamente a cativação de 2,5% das transferências do OE, na ordem de meio milhão de euros. Mas, mais do que as dificuldades financeiras da instituição, são as dificuldades económicas e sociais dos estudantes que preocupam a administração da UBI. Para o efeito, tem sido dada especial atenção à Acção Social, diminuindo preços nos bares e cantinas, com decréscimos significativos nos bens essenciais, como o pão e o leite. Tudo o que estava ao alcance da reitoria foi feito para que nenhum aluno abandonasse a UBI por razões económicas, o que, não podendo ser conseguido na totalidade, em muito contribuiu para mitigar as consequências da crise em 2013 na frequência académica da UBI. O Fundo de Apoio Social permitiu que todos os alunos necessitados e interessados fossem atendidos e, mediante a prestação do serviço à comunidade dentro da Universidade, pudessem usufruir de um apoio específico para fazer face às dificuldades mais urgentes.

A estabilidade da situação financeira da UBI, traduzida na existência de saldos, não pode esconder as crescentes dificuldades económicas e financeiras que os cortes continuados nas transferências das dotações orçamentais têm vindo a causar nas contas consolidadas da universidade. Pela primeira vez, em 2013, a UBI transitou com um défice, que se justifica facilmente pela sobrecarga de 5% de descontos para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, a subida do IVA nos preços da energia, a cativação de 2,5% das transferências do OE e o aumento dos custos com pessoal derivados do pagamento dos subsídios de férias que, no ano anterior, não tinham sido pagos.

Paralelamente, ao nível externo, vários desafios se perfilam: a gestão de múltiplas procuras voláteis moldadas por expectativas de natureza política, económica e social; a competição nacional e internacional entre universidades e outras organizações no acesso a fundos de financiamento e na fidelização de mercados; o escrutínio político, pedagógico, científico e social.



Mas são, por vezes, os grandes reptos que mais aguçam o engenho e a criatividade: novas metas se desenham a curto e médio prazo, como o estabelecimento de parcerias estratégicas para obtenção de receitas para compensar a redução das transferências por parte do OE; a aposta em candidaturas no âmbito de projectos comunitários como o Horizonte 2020, o QREN e o INTERREG; o aumento da eficácia na transferência de conhecimento para a sociedade envolvente; a elevação da excelência no ensino e na investigação para promover maior competitividade; o desenvolvimento de esforços no que respeita à internacionalização, reforçando o intercâmbio com o Brasil, os países da CPLP e outros em cursos com oferta de excelência reconhecida; a melhoria contínua das condições sociais para os estudantes, através de um maior investimento na área social, cultural e desportiva, com a criação de novos espaços desportivos e a remodelação de outros.

Queremos uma universidade que seja um ator decisivo do desenvolvimento social e económico da região e do país. Uma universidade que seja capaz de fomentar e alimentar empresas de base tecnológica, de serviços avançados, que seja um polo de inovação capaz de transformar a Beira Interior numa região de grande potencial humano e tecnológico. Uma universidade que seja uma verdadeira comunidade de saber, de ciência, cultura e tecnologia, dedicada ao ensino e à investigação.



2. Universidade da Beira Interior

2.1. História

Os primeiros passos a caminho do que é hoje a Universidade da Beira Interior (UBI) foram dados na década de 70, quando nasceu o Instituto Politécnico da Covilhã (IPC), em 1973. A cidade foi atingida, nessa década, por uma crise ao nível da indústria: grandes e pequenas fábricas começaram a revelar debilidades graves que levariam ao seu encerramento, com consequências sociais e económicas desastrosas para a região.

Foi neste panorama, e no âmbito das atividades do grupo de trabalho para o Planeamento Regional da Cova da Beira, que surgiu a ideia de criar na região uma instituição de ensino superior, de forma a facultar aos seus naturais a possibilidade de prosseguirem os estudos pós-secundários sem que, para isso, tivessem de se deslocar para outros pontos do país, a maioria das vezes a título definitivo. Assim, na sequência da publicação do Decreto-Lei 402/73, de 11 de agosto, no quadro da chamada "Reforma Veiga Simão", que deu lugar à expansão e diversificação do Ensino Superior, foi criado o IPC, que recebeu, em 1975, os seus primeiros 143 alunos, nos cursos de Engenharia Têxtil e Administração e Contabilidade, tendo como seu Diretor o Dr. Duarte de Almeida Cordeiro Simões. Em julho de 1979, seis anos passados, a instituição converte-se em Instituto Universitário da Beira Interior (IUBI).

A conversão do IUBI veio a acontecer em 1986 (Decreto-Lei 76-B/86, de 30 de abril), tendo as áreas de expansão e proteção dos polos I, II e III sido regulamentadas através do Decreto do Governo n.º33/87, de 2 de novembro. O Polo IV surgiu posteriormente, em 1996, acolhendo cursos de Ciências Sociais e Humanas. O primeiro Reitor da UBI foi o Prof. Doutor Cândido Manuel Passos



Morgado, que se manteria no cargo entre 21 de agosto de 1980 e 19 de janeiro de 1996, data em que assume funções como Reitor o Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva, que se mantém no cargo até 19 de junho de 2009. Nesta data toma posse como terceiro Reitor da instituição o Prof. Doutor João António de Sampaio Rodrigues Queiroz. O atual Reitor é o Prof. Doutor António Carreto Fidalgo, que tomou posse a 5 de setembro de 2013.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Uma das características físicas mais interessantes da UBI resulta da recuperação de antigos edifícios, de elevado valor histórico, cultural e arquitetónico. Ao mesmo tempo que se preservam marcos históricos da cidade, estes são revitalizados em espaços vocacionados para o ensino e a investigação.

Já a edificação do IPC havia começado através da recuperação das anteriores instalações do quartel do Batalhão de Caçadores 2, instalado na pombalina Real Fábrica dos Panos, localizada num dos núcleos tradicionais de concentração fabril na Covilhã, junto à Ribeira da Degoldra.



Durante as obras de reconversão, em 1975, foram descobertas, soterradas, estruturas arqueológicas que pertenciam às tinturarias da Real Fábrica dos Panos, uma importante manufatura de lanifícios, mandada construir, no século XVIII, pelo Marquês de Pombal. Após duas campanhas de intervenção arqueológica e uma ampla investigação, seria criada a estrutura que daria lugar ao primeiro núcleo do Museu de Lanifícios da UBI, aberto ao público em 1996.

Assim, as antigas edificações fabris localizadas na entrada Sul da Covilhã tornaram-se, quase naturalmente, não só uma solução lógica e de continuidade no que respeita à expansão física da universidade, mas uma opção que resultou num enorme benefício para a cidade, em termos urbanísticos e de impacto ambiental, através da recuperação de edifícios abandonados ou em ruínas que constituíam parte significativa do património industrial covilhanense, fazendo da UBI um caso único na universidade portuguesa.



Na década de 90, optar-se-ia por expandir a Universidade para o extremo Norte da cidade, junto ao Polo I. Em 2006, concluiu-se a construção do Polo III, cumprindo-se, assim, o programa de instalação das infraestruturas do curso de Medicina, ministrado a partir de 2001/2002.

Atualmente, a UBI acolhe aproximadamente sete mil alunos, distribuídos por cinco faculdades - Artes e Letras, Ciências, Ciências da Saúde, Ciências Sociais e Humanas, Engenharia - com uma oferta formativa adequada a Bolonha e estruturas laboratoriais e de investigação de apoio ao ensino e com fortes ligações à sociedade e ao mundo empresarial.



2.2. Símbolos

Carta de Armas da Universidade da Beira Interior

Aprovada pela Comissão Instaladora da Universidade da Beira interior, em 19 de março de 1987, a emblemática da instituição foi transposta para a carta de armas que a seguir se descreve:

ESCUDO ibérico partido, a primeira pala de prata e a segunda de azul, carregada de dois brandões entrecambados, acesos, passados em aspa e atados por uma fita de vermelho; canto de negro, uma roda dentada de vermelho.

PAQUIFE e virol de prata, vermelho, negro e azul.

CORREIAS de sua cor, perfiladas e afiveladas de ouro.

ELMO de prata aberto tauxiado de negro, guarnecido de ouro e forrado de vermelho, posto a três quartos para a dextra.

TIMBRE - um carbúnculo de ouro.

LISTEL branco com dizeres em caracteres a preto: *SCIENTIA ET LABORE ALTIORA PETIMUS* [Pelo conhecimento e pelo trabalho, aspiramos às coisas mais elevadas].

BANDEIRA franchada: a primeira de azul, a segunda e a quarta de prata, tendo as três partições sobrepostas dois brandões acesos, passados em aspa, entrecambados, atados por uma fita de vermelho; a terceira de negro, carregada de uma roda dentada de vermelho.

SÊLO circular, com dois círculos concêntricos, sendo o de menor raio em forma de colar de pérolas, e entre eles os dizeres: *SCIENTIA ET LABORE ALTIORA PETIMUS*.

A simbologia da emblemática é a seguinte: Dos metais, ouro simboliza a justiça, a prata a fidelidade. Dos esmaltes, vermelho simboliza o ânimo, o azul a lealdade, o negro a ciência. Das peças, os dois brandões acesos simbolizam o conhecimento teórico e prático. Roda dentada a indústria e carbúnculo a sabedoria.





2.3. Enquadramento Organizacional

As universidades como centros privilegiados de cultura, ciência e tecnologia, representam em todo o mundo um fator essencial de desenvolvimento social e económico.

Em Portugal, o ensino universitário e a investigação científica também desempenham um papel relevante na modernização do país e na afirmação nacional no seio das nações. A Universidade da Beira Interior, como universidade jovem, tem de vincar permanentemente a sua identidade não só como comunidade dos que nela estudam e trabalham, mas também como comunidade da envolvente regional em que se insere e com quem se relaciona diariamente. A UBI assume o espírito secular da universidade europeia de junção e transmissão de todos os saberes e os desígnios contemporâneos de investigação e intercâmbio científicos no seio de uma comunidade universal.

Cresceu em tamanho e em ciência e para solidificar esse crescimento e como estímulo para todos, a Universidade da Beira Interior afirma como pressupostos definidores do seu ser e princípios normativos do seu agir:

- o ensino de qualidade associado a investigação de mérito internacionalmente reconhecido;
- a autonomia de ensinar, aprender e investigar;
- a qualificação dos cidadãos ao longo da vida.

A fim de dar cumprimento a tais princípios, compromete-se a:

- estabelecer uma cultura de avaliação como elemento fundamental para a promoção da qualidade;
- adotar o mérito científico e pedagógico como critério principal de dignificação das carreiras docente e de investigação;
- fomentar a interdisciplinaridade e a cooperação interinstitucional;
- garantir o acesso ao ensino superior e a aprendizagem ao longo da vida.

2.4. Natureza e Regime Jurídico

Os Estatutos da UBI foram revistos em conformidade com o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei 62/2007, de 10 de setembro).

A Universidade da Beira Interior (UBI) é uma Instituição orientada para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo e do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental.

A UBI é uma pessoa coletiva de direito público e goza de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

A UBI poderá adotar a designação de University of Beira Interior, no âmbito das suas relações internacionais.

A UBI está sujeita, para além da legislação do ensino superior, ao regime aplicável às demais pessoas coletivas de direito público.



2.5. UBI - Organização - Estruturas

São Órgãos da Universidade:

1 - O Conselho Geral

Composto por 29 membros, com a seguinte distribuição:

- 15 Representantes dos professores e investigadores oriundos de todas as faculdades;
- 5 Representantes dos estudantes;
- 8 Personalidades externas;
- 1 Representante do pessoal não docente e não investigador.

2 - O Reitor da Universidade

- é o órgão superior de governo e de representação externa da Instituição;
- é o órgão de condução da política da Universidade e preside ao Conselho de Gestão.

Para apoio ao Reitor no exercício das suas competências, a UBI disporá ainda do **Senado** como órgão consultivo em matérias de natureza académica, científica, pedagógica, disciplinar e outras que o Reitor entenda dever submeter-lhe.

Na Universidade existe ainda um **Provedor do Estudante**.

3 - O Conselho de Gestão

É designado e presidido pelo Reitor, sendo composto por:

- dois Vice-Reitores, o Administrador e o dirigente das áreas financeira, contabilística e patrimonial.

São Estruturas da Universidade:

1 - Unidades orgânicas:

- Faculdades

Faculdade de Ciências, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Faculdade de Artes e Letras e Faculdade de Ciências da Saúde. As faculdades gozam de autonomia científica, pedagógica e administrativa nos termos da lei e dos presentes Estatutos;

- Institutos de Investigação

2 - Subunidades orgânicas:

- Departamentos
- Unidades de Investigação
- Centros
- Serviços



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

A UBI dispõe ainda de **Serviços de Ação Social** com fins e estrutura que se encontram previstos na Lei e nos Estatutos.

A UBI organiza-se matricialmente a fim de:

- As faculdades e os institutos de investigação partilharem os seus recursos humanos e materiais;
- Os centros prestarem serviços às faculdades, aos institutos de investigação, à UBI em geral e ao exterior;
- Os serviços, sem prejuízo do pessoal indispensável a atribuir às faculdades, institutos de investigação e centros, assegurarem as tarefas administrativas, financeiras e técnicas de todas as estruturas da UBI.





2.6. SIGQ - Sistema Interno de Garantia de Qualidade

2.6.1. Missão, Visão e Valores

2.6.1.1. Missão

A Universidade da Beira Interior tem como missão “Promover a qualificação de alto nível, a produção, transmissão, crítica e difusão de saber, cultura, ciência e tecnologia, através do estudo, da docência e da investigação”.

A prossecução da sua missão é orientada pela:

- Produção de conhecimento, assente na excelência da investigação e da docência;
- Difusão do conhecimento, através de uma oferta formativa distintiva e integral, satisfazendo as necessidades de formação da sociedade e favorecendo a inovação;
- Transferência do conhecimento em prol do desenvolvimento económico, tecnológico e social, contribuindo para a melhoria da competitividade das empresas e da qualidade de vida dos cidadãos.

2.6.1.2. Visão

Em 2020 a Universidade da Beira Interior ambiciona ser: “Uma instituição global, reconhecida pela qualidade do ensino e pela excelência da investigação nas suas áreas de afirmação, capaz de compreender as dinâmicas de transformação da sociedade e de suportar o desenvolvimento da comunidade em que se integra”.

A UBI quer ser reconhecida como uma Universidade:

- Excelente para aprender e ensinar, que possui uma oferta formativa inovadora, flexível e atrativa nas suas três grandes áreas de afirmação (as ciências da saúde, as ciências exatas e engenharias e as ciências sociais, artes e humanidades) e utiliza métodos de aprendizagem adequados às exigências da sociedade;
- Que se distingue pela excelência dos resultados da investigação, reconhecidos internacionalmente e colocados ao serviço do desenvolvimento sustentável;
- Que tem enraizada uma cultura de qualidade que lhe permite reforçar o seu posicionamento no contexto do Ensino Superior e acompanhar os melhores referenciais internacionais em termos de ensino, investigação e governança;
- Que se assume como uma referência nacional e internacional num conjunto limitado de áreas de excelência, atraindo os melhores alunos, docentes e investigadores;
- Que valoriza a sua dimensão, criando uma relação de grande proximidade com alunos, docentes e comunidade envolvente;
- Que promove um ambiente académico assente na diversidade cultural, inclusão, tolerância e responsabilidade social;



- Aberta e plenamente integrada na comunidade, assumindo-se como um ator relevante no desenvolvimento económico, social e cultural da região envolvente;
- Gerida por princípios de combate ao desperdício e sustentada pela gestão eficiente dos seus recursos e processos.

2.6.1.3. Valores

Scientia et Labore Altiora Petimus - pelo conhecimento e pelo trabalho, aspiramos às coisas mais elevadas.

Ancorada neste lema, a atuação da Universidade da Beira Interior pauta-se por um conjunto de valores académicos e humanos que definem a sua identidade e promovem a sua eficiência coletiva:

Liberdade Intelectual

Proporcionar um ambiente de criatividade e inovação, criando espaço para a mudança e adaptação;

Integridade Académica

O ensino e a investigação devem ser caracterizados por independência intelectual e moral;

Diversidade

Promover uma consciência global que valorize a tolerância, o respeito mútuo e a diferença, promovendo a discussão e o respeito por diferentes pontos de vista;

Excelência

Proseguir os mais elevados standards de ensino e investigação, com base num modelo de gestão orientado para uma cultura de qualidade total e de valorização do mérito;

Responsabilidade Social

Fomentar a consciência coletiva de compromisso com o bem-estar social nas suas diferentes dimensões (social, ambiental, cultural);

Aprendizagem para a Vida

Promover a busca do conhecimento como forma de melhorar o bem-estar social e fortalecer a compreensão do indivíduo, extravasando as fronteiras geográficas;

Racionalidade

Reconhecendo a necessidade de fazer opções que promovam a eficácia dos objetivos e a eficiência na gestão sustentável dos recursos.



2.7. Certificação

Em 14 de julho de 2008, a UBI obteve a certificação de conformidade à norma ISO 9001:2008 - Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), englobando os Serviços Académicos, os Serviços de Documentação, os Serviços Técnicos, o Centro de Informática, o Centro de Formação Interação UBI Tecido Empresarial, a Divisão de Expediente e Pessoal, a Divisão de Contabilidade e Património, a Divisão de Assessoria Jurídica e o Gabinete de Apoio a Projetos e Promoção da Investigação.

Numa segunda fase, o alargamento do SGQ à totalidade dos serviços da UBI e dos SASUBI, com a inclusão da Provedoria do Estudante, dos Serviços de Ação Social - Área Administrativa e Financeira e Área de Apoio Social, da Divisão de Investigação e Desenvolvimento (I&D), e do Museu de Lanifícios, em consonância com as exigências da norma, fazendo convergir a totalidade dos centros, serviços e gabinetes para uma cultura una de qualidade e certificação global, tendo sido validado o Certificado de Conformidade PT08/02469, pelo período de 26 de janeiro de 2012 até 25 de janeiro de 2015.





2.8. Sustentabilidade

As preocupações ambientais têm vindo a aumentar nas últimas décadas, devido a problemas globais, tais como as alterações climáticas e/ou a perda de biodiversidade.

Face aos impactes ambientais resultantes da atividade humana, assistimos à crescente necessidade de implementação de boas práticas ambientais e de ferramentas de gestão de forma a equilibrar as questões sociais com as questões económicas e o futuro ambiental do planeta, mas mais que do que uma preocupação, preservar o planeta é, sem dúvida, um dever de todos nós.



O tema sustentabilidade abarca a importância da eficácia quando está em causa o resultado operacional, financeiro e ambiental, conjugar a satisfação das necessidades humanas e o respeito pelo ambiente não é tarefa fácil, quando está instalado um modelo de desenvolvimento industrial baseado no consumo de massa, que levou a um desgaste energético acima dos valores suportáveis pelo planeta.

A Universidade tem encarado esta problemática como oportunidade para a mudança organizacional e cultural, onde reduzir reciclar e reutilizar constituem as premissas de educação ambiental cujo objetivo é tornar rotineiras as práticas ambientais numa ótica de preservação e utilização sustentável dos seus recursos, alimentada pelo crescente interesse em assuntos de caráter ambiental, sem esquecer as grandes catástrofes naturais que têm assolado o mundo nas últimas décadas.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

É nossa convicção, que o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social, na perspectiva das entidades não lucrativas, onde se integra a Universidade da Beira Interior, têm como objetivo a procura simultânea desse desenvolvimento com o equilíbrio financeiro a par do progresso e equidade social e respeito pelo meio ambiente, de modo a gerar valor para os seus utilizadores, clientes, colaboradores, parceiros e sociedade em geral.

O desenvolvimento sustentável posiciona-se a um nível global, intergovernamental e institucional, enquanto a responsabilidade social está ao nível enquadrando a respetiva contribuição para a sustentabilidade.

No âmbito das competências da UBI, as decisões de gestão, passam por assegurar o interesse das partes interessadas na organização e atuar eticamente., alicerçadas em pilares fundamentais como o social, que será o mais relevante no futuro para o sucesso da organização, o ambiente e o económico.

O nosso crescimento em programas de responsabilidade social ou gestão ambiental; “saúde e segurança no trabalho, melhoria da qualidade, códigos de conduta ética, proteção ambiental e ecoeficiência, não discriminação e igualdade de género,” contribuem como valor acrescentado para o desempenho global da organização permitindo compreender as necessidades da comunidade e de certa forma incrementar a satisfação dos seus colaboradores.





2.8.1. Água

Os dados extraídos do portal da água referem que “a ineficiência nacional no uso da água corresponde a 41% da procura total, ou seja, 3.100.000.000 m³/ano, são desperdiçados. Este volume ineficientemente utilizado representa um custo para o país em cerca de 0,64% do PIB, isto é, 728.000.000 €/ano, que são desperdiçados e que acabou por não ser utilizado com a devida eficiência”.



A Universidade tem procurado na sua quota-parte contrariar esta realidade. Considerando a água como um bem escasso e de primeira necessidade, temos procurado minimizar o nosso impacto no abastecimento público, com efeito sobrevalorizado em períodos de seca/escassez, registando desde 2005 uma consolidada diminuição no consumo, atingindo em 2013 o valor de - 55,39 pontos percentuais.

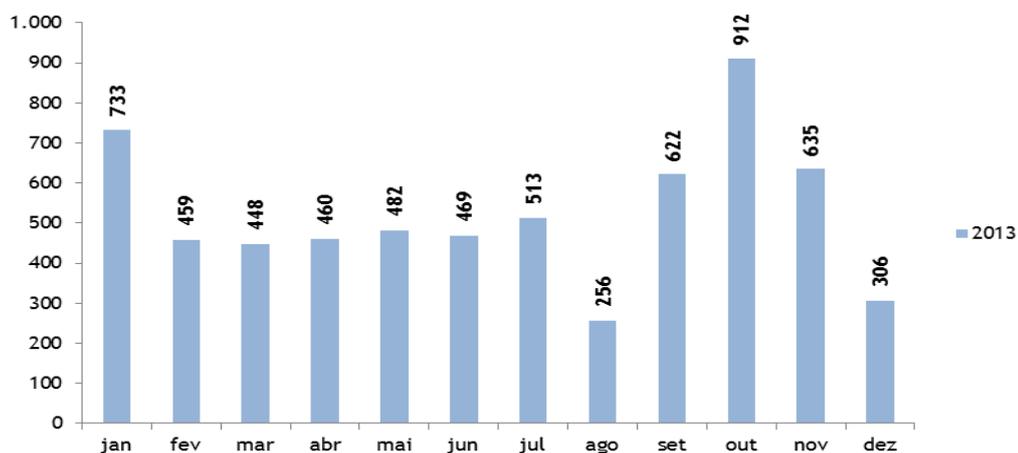


Gráfico 1 – Consumo mensal de água (m³)



Em 2013, verificou-se um crescimento acentuado da despesa em 99,70% relativamente a 2012, a responsabilidade deste aumento é imputado exclusivamente ao aumento do preço, pois o consumo manteve-se sensivelmente o mesmo. Assim o valor total da despesa em 2013 duplicou a de 2012 para os 216.653,45€.



Figura 1 - Água

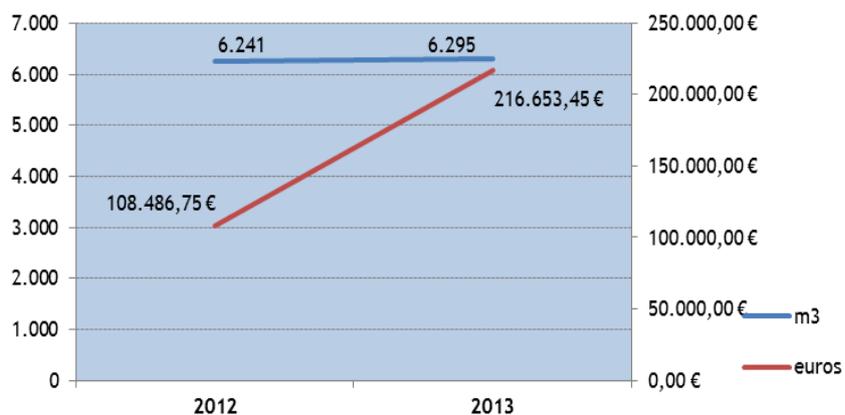


Gráfico 2 - Água - Consumo vs despesa



2.8.2. Eletricidade

Em 2013 o consumo e a despesa com a eletricidade registaram o seguinte comportamento comparativamente ao ano de 2012:

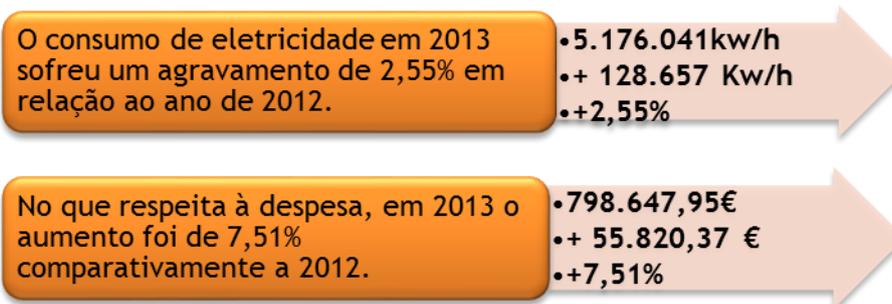


Figura 2 - Eletricidade

O gráfico mostra a distribuição do consumo de eletricidade em kwh^{-1} verificado em 2013. Os meses de julho e dezembro são considerados de cheia com ligeira majoração, o agosto mês de vazio.

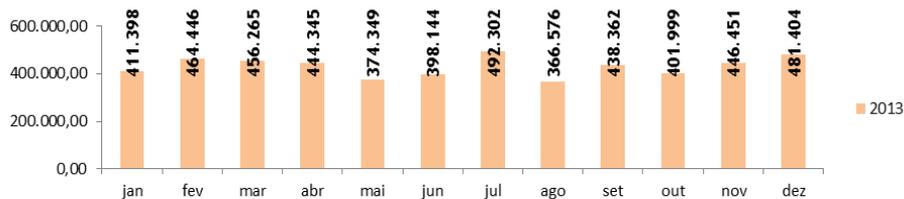


Gráfico 3- Consumo mensal de eletricidade (Kwh-1)





2.8.3. Gás Natural

O gás natural incluído nos menos poluentes, tem uma densidade inferior a 1 que o permite classifica-lo como menos perigoso em caso de fuga accidental. O seu consumo destina-se essencialmente para satisfazer as necessidades de aquecimento da universidade.

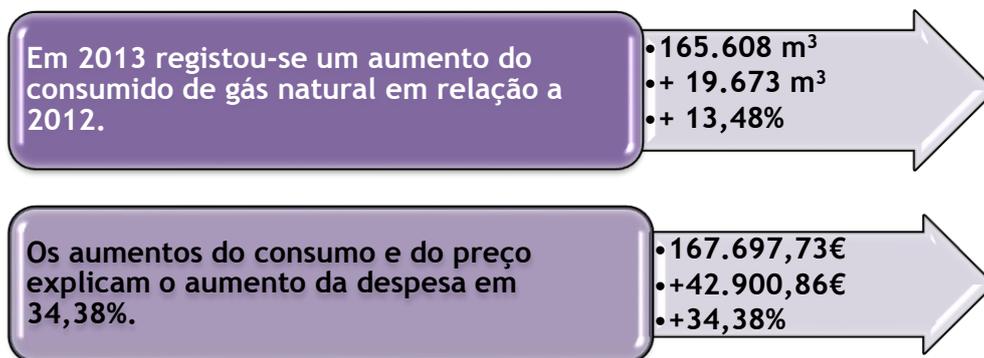


Figura 3 - Gás Natural

O gráfico seguinte apresenta o consumo de gás natural no ano de 2013 e evidencia valores críticos nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, novembro e dezembro. Nos restantes meses, pelo facto desta energia se destinar em absoluto ao aquecimento central, explica o reduzido consumo.

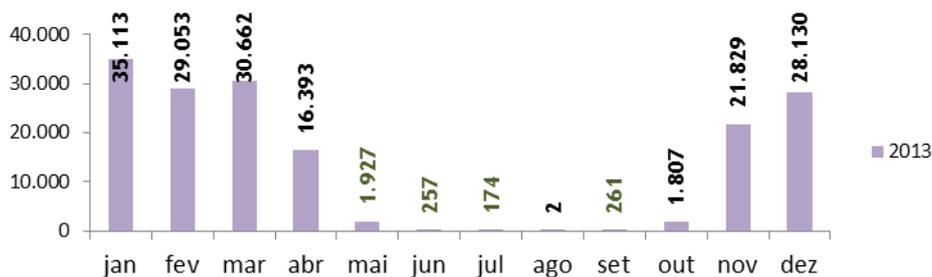


Gráfico 4 - Consumo mensal de Gás Natural (m³)



2.8.4. Gás Propano

Em contra ciclo com o gás natural, o gás propano, também destinado ao aquecimento central, registou uma diminuição no consumo e na despesa.

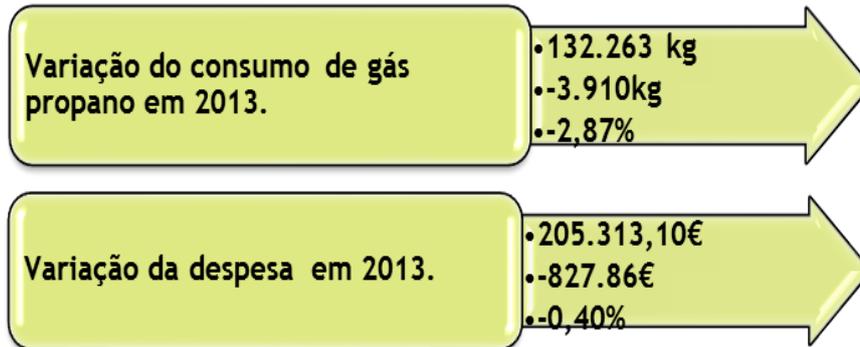


Figura 4 - Gás Propano

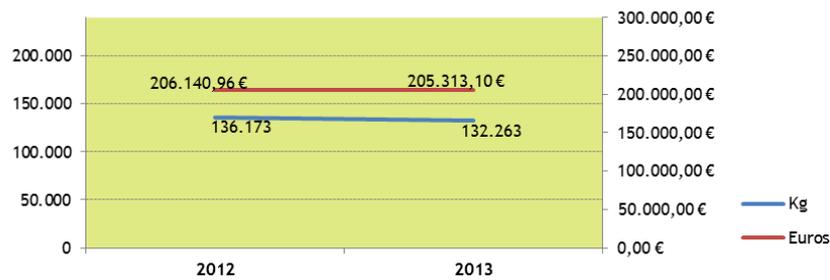


Gráfico 5 - Gás Propano - Consumo vs despesa

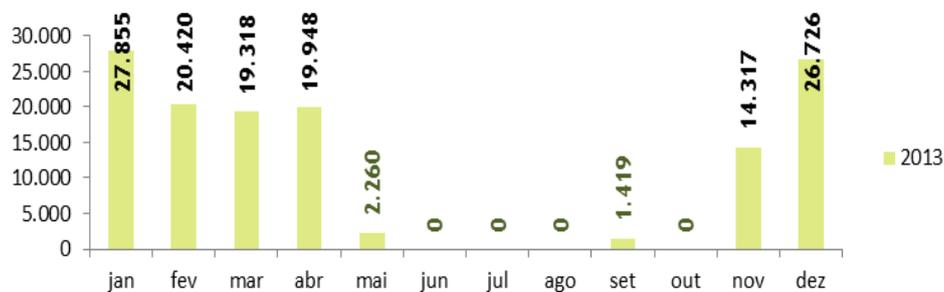


Gráfico 6 - Consumo mensal de Gás Propano (kg)



2.8.5. Gasóleo rodoviário

A atividade nos centros urbanos, requerem muita energia para realizar a maioria das suas atividades econômicas e sociais. Entre elas, inclui-se o transporte, que é vital para promover a integração econômica e social das sociedades e é quase inteiramente dependente de combustíveis derivados de petróleo.

A atividade ligada ao rodoviário, que é a que mais cresce em todo mundo a situação é bastante crítica.

Esta utiliza uma fonte de energia não renovável, o petróleo, cuja combustão produz o dióxido de carbono (CO₂) - principal gás de efeito estufa apontado como principal arguente, causador do efeito de estufa.

Estão também no âmbito do objeto das universidades, a urgência em identificar outras fontes de energia para movimentar este setor.

Os dados referentes a 2013 confirmam a tendência, com um aumento de 8,26% no consumo e 2,57% na despesa.

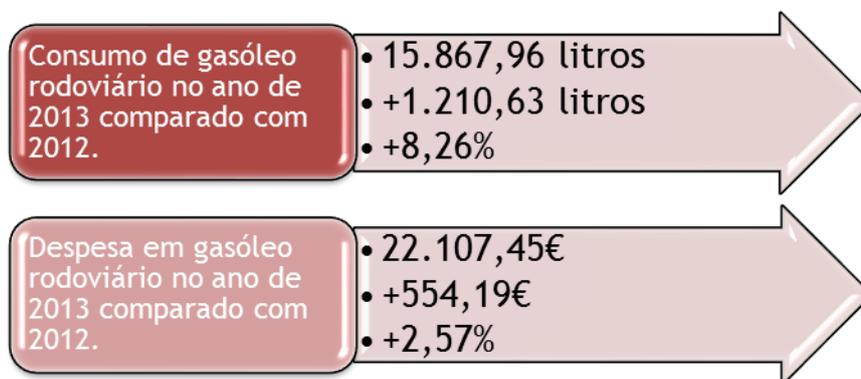


Figura 5 - Gasóleo Rodoviário



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

O comportamento do consumo de gasóleo rodoviário é graficamente representado pelas figuras seguintes, onde podemos verificar que o valor total da despesa, tem uma distribuição sensivelmente homogénea pelos doze meses à exceção de julho, mês que reflete a fraca utilização do parque automóvel.

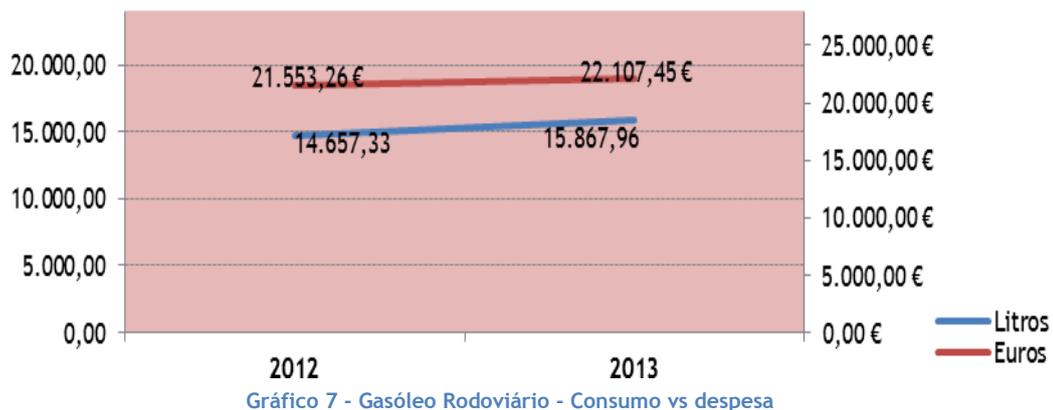


Gráfico 7 - Gasóleo Rodoviário - Consumo vs despesa

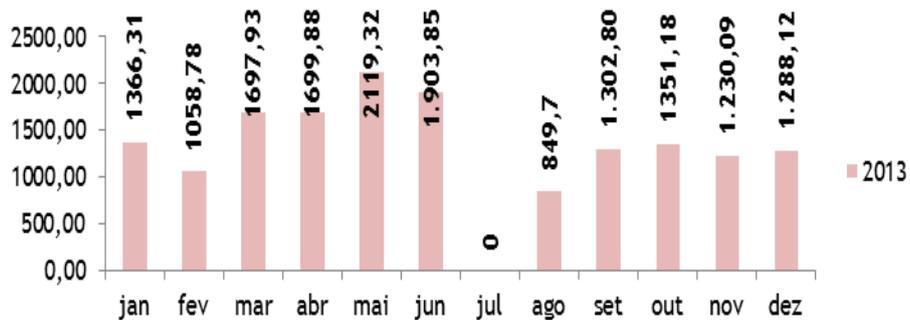


Gráfico 8 - Consumo mensal de Gasóleo Rodoviário (litros)



2.8.6. Comunicações

De acordo com a informação disponível o ano de 2013 regista uma redução na despesa relativamente ao ano de 2012. O valor da despesa total em comunicações no ano de 2013 foi de 98.204,11€, menos 12,47% que em 2012, com um valor total de 112.189,65€.

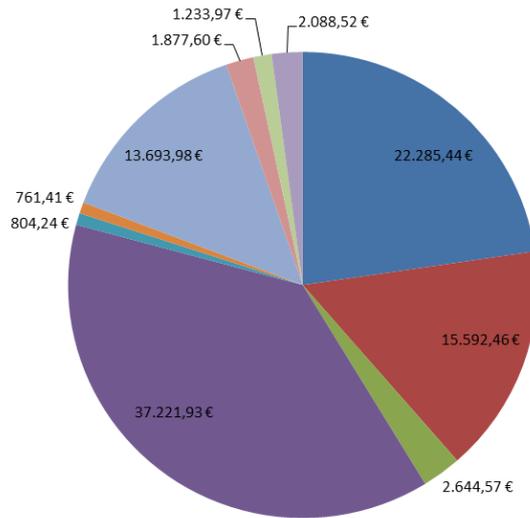


Gráfico 9 - Comunicações - UBI





2.8.7. Emissões de dióxido de carbono

A necessidade de reduzir a emissão de gases com efeito de estufa obriga à adoção de medidas que promovam a eficiência energética e a redução dos consumos dos produtos mais poluentes do ambiente e incentivem a utilização de combustíveis com menor emissão específica de dióxido de carbono.

Esta é efetivamente uma das grandes preocupações da comunidade científica na última década, as mudanças climáticas e as suas consequências para a humanidade.

O Inventário das emissões de carbono da Divisão de Contabilidade e Património regista o abrandamento das emissões em 2011 e 2012 com - 2,57%, e - 10,51% respetivamente.

Em 2013 verificou-se uma inversão da tendência, com um agravamento de seis pontos percentuais, em consequência do consumo de eletricidade, gás natural e gasóleo rodoviário.

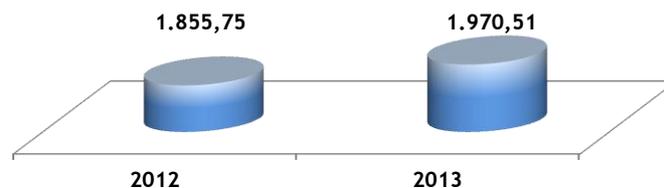


Gráfico 10 - Emissões de Dióxido de Carbono - (Ton.)



2.9. Avaliação Económica e Financeira

2.9.1. Enquadramento macroeconómico

Segundo o Banco de Portugal, em 2013, a evolução da economia portuguesa continuou significativamente condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos.

A correção dos desequilíbrios envolveu a adoção de um conjunto de medidas de consolidação orçamental e uma desalavancagem ordenada e gradual do setor privado, que determinou uma forte contração da procura interna.

Este conjunto de medidas encontra-se enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), cuja implementação se tem desenrolado num contexto macroeconómico internacional particularmente desfavorável, nomeadamente com uma situação recessiva na área do euro que só começou a ser ultrapassada em meados do ano.

Adicionalmente, o cumprimento do PAEF tem vindo a ocorrer num enquadramento financeiro internacional caracterizado por uma fragmentação na área do euro, apesar de alguns sinais recentes de melhoria, e por níveis muito elevados de incerteza, relacionados com a persistência da crise da dívida soberana na área do euro.

Neste contexto, tem-se registado uma correção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa. Em particular, assinala-se a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafecção de recursos no sentido dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis.

De acordo com os Inquéritos de Opinião da Comissão Europeia, no quarto trimestre de 2013, o indicador de sentimento económico registou um aumento em relação aos valores do terceiro trimestre.

Esta evolução favorável foi igualmente observada na generalidade dos países da área do euro. Confirmando a trajetória de recuperação que se verifica desde o início de 2013, este indicador apresentou um valor próximo dos observados no final de 2010 e início de 2011, situando-se aproximadamente no nível médio dos últimos 10 anos.

O aumento do indicador de sentimento económico no quarto trimestre refletiu uma evolução semelhante em todos os indicadores de confiança dos inquéritos.



2.9.2. Comércio Internacional de bens

Segundo a informação relativa ao comércio internacional de bens, divulgada pelo INE, as exportações nominais cresceram 7.2 por cento, em termos homólogos, em novembro de 2013, enquanto as importações aumentaram 3.2 por cento. No mesmo período, as exportações e as importações excluindo combustíveis aumentaram 2.7 e 5.1 por cento, respetivamente. A evolução das importações foi especialmente afetada pelo aumento das importações de material de transporte. Em termos acumulados, desde o início do ano, as exportações cresceram 4.4 por cento face a igual período do ano anterior, enquanto as importações aumentaram 0.7 por cento. No mesmo período, as exportações e as importações excluindo combustíveis aumentaram 1.8 e 1.1 por cento, respetivamente.

Em dezembro de 2013, o Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor - IHPC, registou uma variação homóloga de 0.2 por cento, aumentando 0.1 p.p. em relação ao mês anterior, enquanto a taxa de variação média anual diminuiu 0.2 p.p., para 0.4 por cento. O ligeiro aumento dos preços em Dezembro reflete o aumento dos preços dos serviços e uma estabilização dos preços dos bens. Esta estabilização dos preços dos bens traduz uma queda dos preços dos bens industriais, quer energéticos, quer não energéticos, que foi compensada pelo aumento dos preços dos bens alimentares. No mesmo período, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor - IPC aumentou 0.4 p.p. face ao mês anterior, situando-se em 0.2 por cento, enquanto a taxa de variação média anual diminuiu 0.1 p.p. para 0.3 por cento.

2.9.3. Execução Orçamental

De acordo com a Síntese da Execução Orçamental da Direção Geral do Orçamento de novembro de 2013, nos primeiros onze meses do ano, o défice do Estado em contabilidade pública ascendeu a 8.676 milhões de euros o que, comparando com 7.694 milhões de euros no mesmo período de 2012, revela um crescimento de 12,8%. No período de janeiro a novembro, a receita fiscal do Estado aumentou 9.2 por cento em relação ao período homólogo de 2012. Este crescimento foi mais acentuado do que o observado até outubro (8,4 por cento), devido ao comportamento da coleta quer dos impostos diretos, quer dos impostos indiretos.

Com efeito, a cobrança de impostos diretos aumentou 21,7 por cento até novembro (20,5 por cento nos primeiros dez meses de 2013), refletindo essencialmente o crescimento de 30,9 por cento registado pela coleta de IRS.

Por seu turno, a coleta de IRC manteve praticamente inalterado o crescimento observado até outubro (9,2 por cento). A tributação indireta registou no seu conjunto um aumento da receita de 0,6 por cento entre janeiro e novembro de 2013, revertendo a tendência de queda observada desde



o início do ano. Destaque-se que, em novembro, a receita de IVA voltou a acelerar face ao observado até ao mês anterior (1,4 por cento até novembro, que compara com 0,4 por cento até outubro). A coleta dos restantes impostos indiretos manteve a tendência de estabilização ou melhoria, com exceção da receita do IUC e do Imposto sobre o Tabaco.

2.9.4. Despesa corrente do Estado:

A despesa corrente primária do Estado registou até novembro um aumento de 7,1 por cento, acelerando face ao crescimento verificado até outubro (4,6 por cento). Esta evolução esteve associada ao comportamento da despesa com transferências correntes para outros subsectores das administrações públicas e das despesas com pessoal que cresceram 6,2 e 10,5 por cento, respetivamente. A variação desta última rubrica reflete, essencialmente, o aumento da despesa com remunerações certas e permanentes (6,9 por cento) e das contribuições para a segurança social (27,8 por cento) decorrente do pagamento do remanescente do subsídio de férias aos trabalhadores das administrações e empresas públicas e, no último caso, também do aumento da contribuição das entidades empregadoras para a Caixa Geral de Aposentações.

Refira-se ainda com base na informação contida na referida Síntese da Execução Orçamental, a receita das contribuições para o Regime Geral da Segurança Social registou um crescimento de 1,7 por cento até novembro, que compara com 1,1 por cento até outubro. Refira-se, ainda, o crescimento da despesa com pensões (9,6 por cento até novembro), bem como a continuação da desaceleração nos gastos com subsídios de desemprego e apoios ao emprego, cuja variação se situa agora em 6,5 por cento.

É de notar que esta última rubrica registou uma queda de 10,2 por cento no valor mensal face ao mesmo mês de 2012, o que resulta, em parte, da evolução do número de desempregados subsidiados que apresentou uma queda homóloga mensal pela primeira vez em 2013.

A despesa com pensões e abonos da responsabilidade da Caixa Geral de Aposentações apresentou, até novembro de 2013, um aumento de 16,9 por cento, um crescimento mais acentuado do que o verificado até outubro (11,9 por cento), em resultado do pagamento do subsídio de férias a parte dos pensionistas deste subsistema.

No dia 27 de dezembro de 2013, o INE divulgou as Contas Nacionais trimestrais do setor das administrações públicas para o terceiro trimestre de 2013. De acordo com esta informação, o défice das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional situou-se em 5,8 por cento do PIB, no conjunto dos três trimestres (3,5 por cento do PIB no terceiro trimestre). A receita total cresceu 4,9 por cento nos primeiros nove meses do ano face a igual período do ano anterior, beneficiando do aumento da cobrança de impostos diretos (21,7 por cento) que mais do que compensou a



evolução negativa dos impostos indiretos (-2,3 por cento). A despesa primária cresceu 3,6 por cento no mesmo período.

É de notar que esta última rubrica registou uma queda de 10,2 por cento no valor mensal face ao mesmo mês de 2012, o que resulta, em parte, da evolução do número de desempregados subsidiados que apresentou uma queda homóloga mensal pela primeira vez em 2013.

2.9.5. Avaliação Económica e Financeira

2.9.5.1. Análise Orçamental

As universidades públicas portuguesas têm enfrentado dois fatores que condicionam fortemente a sua atuação: os constrangimentos e restrições financeiras decorrentes do Orçamento Geral do Estado e a reorganização do ensino superior no âmbito de uma racionalização da oferta educativa. A UBI é diretamente afetada e encara estes fatores como desafios a vencer, de modo a não prejudicar a sua missão específica de ensinar, investigar e prestar serviços à comunidade, e de o fazer com altos padrões de qualidade.

Se para o Estado a receita das contribuições para o Regime Geral da Segurança Social registou crescimento, para a UBI esta rubrica imputou a Receitas Próprias despesas no montante 4.991.903 € Nesta perspetiva de execução orçamental, a UBI formulou o pedido de descativação de 2,5% das transferências do OE, no valor de 500.186 €. Houve a expectativa de que o pedido fosse deferido, mas tal não aconteceu o que obrigou a que a UBI fechasse o ano de 2013 utilizando uma parcela do saldo da gerência anterior no montante de 334.053 €. Tal facto foi profundamente lesivo para a UBI na medida em que penalizou a boa gestão e a parcimónia que sempre a caracterizaram.

Os saldos transitados do passado são um instrumento imprescindível para financiarem investimentos e candidaturas a projetos nacionais e europeus pelo que, o recurso a eles para compensar défices no normal funcionamento da instituição é preocupante, pois coloca em causa a capacidade de participação própria nos projetos comunitários e dificulta a sua capacidade de execução.

Porém, o reembolso de 1.117.835,63 €, correspondente à correção da percentagem da participação FEDER de 75% para 85% do projeto POVT - “Apetrechamento da Faculdade das Ciências da Saúde”, permitiu mitigar a situação.

Este reembolso satisfaz também, um saldo negativo de cerca 500.000 € de projetos, que teria de ser imputado aos saldos da gerência anterior.



Orçamento Estado Atribuído	Orçamento Funcionamento	
	OE Inicial	22.598.554
	Cativação	-500.186
	Orçamento Final	22.098.368
	Orçamento Investimento - PIDDAC	
	PIDDAC Inicial	200.000
	Cativação 12,5%	-25.000
	Orçamento Final	175.000
	Orçamento Total	22.273.368

Tabela 1- Orçamento de Estado Atribuído

Execução Orçamental – Origem e Aplicação de Fundos						
ORIGEM FUNDOS						
Programa	Medida	Rubrica	Transf. Estado	Rec. Próprias	Projetos	Total
013	018	04 - Propinas e Taxas		7.516.720		7.516.720
013	018	05 - Rendimentos de Propriedade		54.090		54.090
013	016/018	06 - Transf. Corr. (OE, RP Proj.)	22.098.368	847.560	2.722.590	25.668.518
013	018	07 - Venda de Bens e Serviços		656.938		656.938
013	018	08 - Outras Receitas		18.785		18.785
013	018	10 - Transf. Capital	175.000		2.141.558	2.316.558
		Receita Total	22.273.368	9.094.093	4.864.148	36.231.609
APLICAÇÃO FUNDOS						
Programa	Medida	Rubrica	Transf. Estado	Rec. Próprias	Projetos	Total
013	018	01 - Pessoal	22.064.418	5.268.921	294.027	27.627.366
013	018	02 - Bens e Serviços		3.532.518	997.567	4.530.085
013	016/018	04 - Transf. Correntes	33.950	537.137	1.273.016	1.844.103
013	018	06 - Outras Despesas		317.349	13.069	330.418
013	018	07 - Investimento	175.000	415.876	1.642.814	2.233.690
		Despesa Total	22.273.368	10.071.801	4.220.493	36.565.662
		Saldo	0	-977.708	643.655	-334.053

Tabela 2 - Execução Orçamental - Origem e Aplicação de Fundos

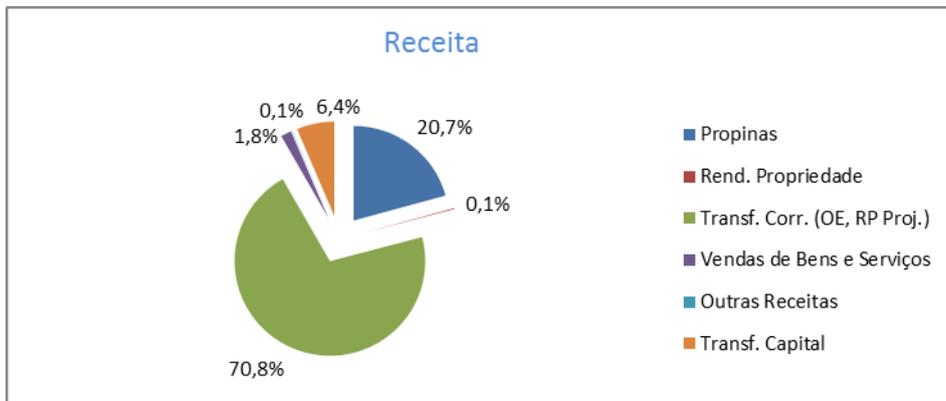


Gráfico 11 - Receita

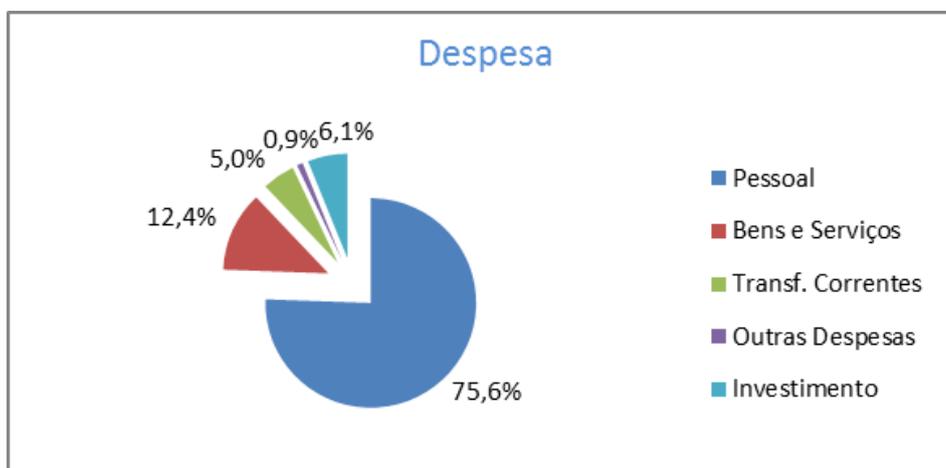


Gráfico 12 - Despesa

Das tabelas e dos gráficos apresentados, constata-se que das transferências do Orçamento de Estado, no montante de 22.098.368 €, foram atribuídos para bolsas e prémios de mérito 33.950 € e para despesas de pessoal 22.064.418 € que quase cobriram as Remunerações Certas e Permanentes. Totalizando as despesas de pessoal 27.627.366 €, foram imputadas a Receitas Próprias 5.268.921 € e a projetos 294.027 €. É referir que do montante imputado a Receitas Próprias, 95% corresponde aos encargos patronais do subagrupamento Segurança Social.

Tendo-se executado em Receitas Próprias o montante de 9.094.093 €, sobrou a verba de 3.825.172 € para financiar despesas inerentes ao funcionamento normal da universidade (correntes e capital). Estas despesas (inadiáveis) atingiram o total 4.802.880 €.

Apesar das contenções financeiras, a UBI concretizou a execução dos seus processos e projetos prioritários e estratégicos, cumprindo todos os compromissos assumidos com os seus fornecedores.



Evolução Execução Orçamental - Despesa

	2011		2012		2013	
	TOTAL	Peso	TOTAL	Peso	TOTAL	Peso
PESSOAL	26.859.733	65,91%	23.084.363	66,11%	27.627.368	75,56%
Certas e Permanentes	22.436.892	55,06%	19.295.179	55,26%	22.247.525	60,84%
Abonos Var. Eventuais	407.523	1,00%	340.098	0,97%	341.317	0,93%
Seg. Social	4.015.318	9,85%	3.449.085	9,88%	5.038.525	13,78%
FUNCIONAMENTO	5.261.103	12,91%	8.209.247	23,51%	6.704.604	18,34%
Aquisição de bens	1.128.739	2,77%	1.109.475	3,18%	1.175.766	3,22%
Aquisição de serviços	2.903.989	7,13%	3.385.271	9,69%	3.354.316	9,17%
Transf. Correntes	1.001.232	2,46%	3.526.963	10,10%	1.844.105	5,04%
Outras Despesas	227.143	0,56%	187.538	0,54%	330.417	0,90%
CAPITAL	8.629.461	21,18%	3.625.054	10,38%	2.233.690	6,11%
Edifícios	882.445	2,17%	1.628.249	4,66%	125.314	0,34%
Construções Diversas	1.213.538	2,98%	1.190.940	3,41%	674.079	1,84%
Equipamentos	6.533.478	16,03%	805.865	2,31%	1.434.296	3,92%
TOTAL	40.750.297	100,00%	34.918.664	100,00%	36.565.662	100,00%

Tabela 3 - Evolução da Execução Orçamental - Despesa

Analisando a evolução de 2011 a 2013 verifica-se que o comportamento do subagrupamento “Remunerações Certas e Permanentes” evidencia a redução verificada em 2012, devido ao corte dos subsídios de Férias e de Natal.

O gráfico seguinte demonstra o peso que este subagrupamento representa, em 2013 - 22.247.525 €, no total das despesas de pessoal e que ultrapassa as transferências do OE em 183.107 €.

Pessoal = 27.627.368 €

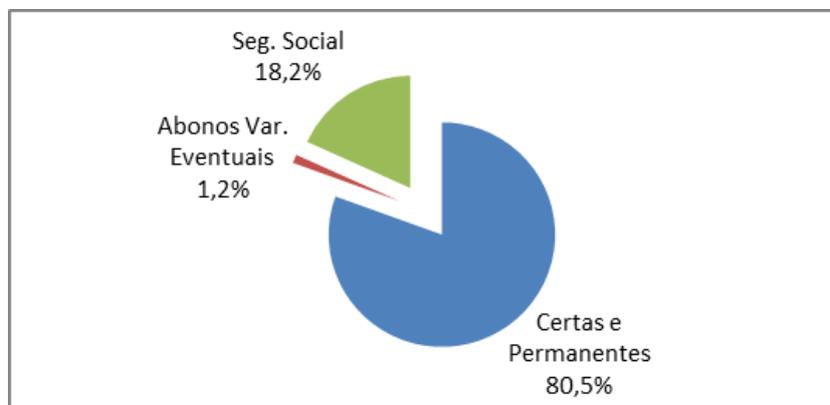


Gráfico 13 - Despesas de pessoal



Evolução Execução Orçamental - Receita

	2011		2012		2013	
	TOTAL	Peso	TOTAL	Peso	TOTAL	Peso
TAXAS E MULTAS	7.507.268	15,16%	7.659.940	16,63%	7.516.720	15,87%
Propinas a)	7.507.268	15,16%	7.659.940	16,63%	7.516.720	15,87%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	61.718	0,12%	32.332	0,07%	54.090	0,11%
Bancos	8.654	0,02%				
Aplicações CEDIC e CEDIM b)	49.890	0,10%	32.332	0,07%	54.090	0,11%
Habitações	3.174	0,01%				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.298.249	53,11%	24.632.298	53,48%	25.668.518	54,18%
Transferências OE c)	24.080.746	48,63%	19.048.999	41,36%	22.098.368	46,65%
Transferências - Financ. Projetos d)	2.217.503	4,48%	5.583.299	12,12%	3.570.150	7,54%
VENDAS DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	756.369	1,53%	587.948	1,28%	656.938	1,39%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	756.369	1,53%	587.948	1,28%	656.938	1,39%
OUTRAS RECEITAS	34.476	0,07%	29.476	0,06%	18.785	0,04%
Outras Receitas Correntes	34.476	0,07%	29.476	0,06%	18.785	0,04%
TRANSFERÊNCIAS CAPITAL	6.112.148	12,34%	4.354.390	9,45%	2.316.558	4,89%
Transf. Capital - PIDDAC c)	72.917	0,15%	175.000	0,38%	175.000	0,37%
Transf. Capital - Financ. Projetos d)	6.039.231	12,20%	4.179.390	9,07%	2.141.558	4,52%
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	8.743.417	17,66%	8.763.348	19,03%	11.141.075	23,52%
Saldos de Gerência - Posse do Serviço	8.743.417	17,66%	8.763.348	19,03%	11.141.075	23,52%
TOTAL	49.513.645	100,00%	46.059.732	100,00%	47.372.684	100,00%

Tabela 4 - Evolução da Execução Orçamental - Receita

A tabela que antecede apresenta a evolução da execução orçamental da receita. Aí se observa que:

a) A cobrança de propinas se manteve estável não tendo sido afetada apesar da conjuntura económica que o país atravessa se fazer sentir, também, entre os estudantes.

Atenta aos momentos de crise e emergência nacional, a Universidade criou o **Fundo de Apoio Social (FAS)** que tem como objetivo constituir um novo mecanismo de apoio aos seus estudantes, promovendo a solidariedade e equidade social, bem como a redução do abandono escolar, contribuindo para a prossecução dos seus estudos e desenvolvimento intelectual e escolar dos mesmos.

Assim, os alunos candidatos ao FAS têm vindo a dar a sua colaboração em diversas atividades desenvolvidas nos vários setores da Universidade durante o decorrer dos anos letivos 2012/2013 e 2013/2014.





b) Os juros, no ano de 2013, apresentam um acréscimo resultante de uma aplicação financeira a prazo (CEDIM) no IGCP.

c) O financiamento da Universidade da Beira Interior é maioritariamente proveniente das transferências de verbas inscritas anualmente no Orçamento de Estado, contudo, as mesmas não cobrem 50% da execução total da Universidade. A sua sustentabilidade financeira é complementada através do recurso a receitas próprias oriundas de propinas e prestação de serviços ao exterior, transferências de verbas de projetos de investigação, fundos comunitários e outros.

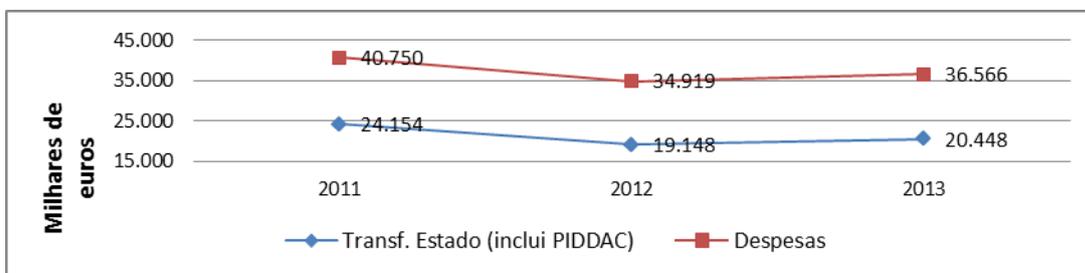


Gráfico 14 - Transferências do Estado

d) Relativamente às transferências para projetos, há um pequeno decréscimo devido ao facto de os projetos atuais, com financiamentos mais significativos, se encontrarem no início da sua execução, prevendo-se os respetivos reembolsos no futuro próximo.

e) Os Saldos da Gerência Anterior, ao longo dos anos, têm representado um instrumento de segurança imprescindível para garantirem eventuais dificuldades financeiras. Note-se que embora o saldo transferido de 2012 para 2013 seja superior ao transferido no ano anterior em cerca de 2.300.000 €, esta diferença já ficou comprometida em 2012, com procedimentos concursais só concluídos em 2013. Assim sendo não se estranha o facto de no final de 2013 o saldo a transferir seja inferior em 334.053 €.



Custos das Unidades e Subunidades Orgânicas

Unidades e Subunidades Orgânicas	O.E Pessoal	Receitas Próprias		Total Pessoal Peso %	Projetos	Total	Total Peso %
		Pessoal	Outras Despesas				
Unidades Orgânicas	18.946.195	4.289.681	980.963	85,01%	2.662.887	26.879.727	73,51%
Ciências	4.568.539	1.042.635	130.848	20,53%	303.842	6.045.865	16,53%
Engenharias	5.042.987	1.145.952	389.555	22,64%	1.288.423	7.866.918	21,51%
Ciências Sociais e Humanas	3.467.664	843.136	148.384	15,77%	96.902	4.556.085	12,46%
Artes e Letras	2.342.236	533.474	134.473	10,52%	187.773	3.197.956	8,75%
Ciências da Saúde	3.351.767	680.876	174.177	14,75%	677.610	4.884.430	13,36%
Atividades de Investigação	173.002	43.608	3.527	0,79%	108.336	328.473	0,90%
Reitoria	972.415	243.453	103.303	4,45%	21.713	1.460.101	3,99%
Gabinete do Reitor	145.488	40.863	22.269	0,68%		208.619	0,57%
Vice Reitorias	493.275	117.008	16.243	2,23%		745.742	2,04%
Pró Reitorias	126.783	33.464	11.735	0,59%	21.714	193.696	0,53%
Conselho Geral		2.741	587	0,01%		3.328	0,01%
Provedoria do Aluno	54.989	11.784		0,24%		66.772	0,18%
Gabinete de Relações Públicas	151.880	37.594	52.470	0,69%		241.944	0,66%
Serviços	1.560.329	585.223	2.572.875	7,85%		4.718.426	12,90%
Serviços Administrativos	547.007	353.974	2.469.125	3,30%		3.370.106	9,22%
Serviços Técnicos	416.372	97.779	58.357	1,88%		572.508	1,57%
Documentação, Gráficos e Publicações	363.146	81.646	19.618	1,63%		464.411	1,27%
Acadêmicos	233.803	51.824	25.775	1,04%		311.402	0,85%
Centros	585.479	150.564	56.758	2,69%	369.121	1.161.923	3,18%
Centro de Informática	492.814	129.031	49.979	2,28%	369.121	1.040.946	2,85%
Museu de Lanifícios	92.665	21.532	6.779	0,42%		120.977	0,33%
Atividades Diversas			952.124	0,00%	1.512.577	2.345.484	6,41%
TOTAL	22.064.418	5.268.921	4.666.024	100,00%	4.566.299	36.565.662	100,00%
		27.333.339					

Tabela 5 - Unidades e Subunidades Orgânicas - Custos

Da análise da tabela, constata-se que o peso das despesas com pessoal (85%) é o mais representativo no total das Faculdades, onde o respetivo encargo é referente, na sua maioria, a pessoal docente.

Em despesas gerais, como é esperado, a maior parcela cabe aos Serviços Administrativos, justificada pelos encargos fixos da UBI.

A Faculdade de Engenharias é a que apresenta maior valor em projetos (investigação científica), seguindo-se a Faculdade de Ciências da Saúde no âmbito do Centro de Investigação em Ciências da Saúde (CICS).

As Atividades Diversas contêm atividades desenvolvidas no âmbito de protocolos e infraestruturas diversas.



PROJETOS 2013	Execução
INVESTIMENTO	1.537.943
- UBI Medical	976.340
- UBI Eficiente	191.096
- SAMA - Sist. Apoio Modern. Adminst.	370.507
INVESTIGAÇÃO	2.679.286
- I&D +Pest	435.331
- PTDC's	863.917
- Agritraining - Proj.8310 (Compete SIAC)	27.370
- All4all	36.112
- Environmentally - Friendly Aero.	63.818
- Funcionalização bioativa	745
- Hormonal and Inflammatory Basics	65.856
- INESPO 3P (Interreg)	40.198
- InovEnergy	51.753
- Insysm	13.756
- MATT	72.560
- PolyPulpinvestimento	40.559
- Proj. ACHEON - FP7	25.541
- Proj. CHANCE - FP7	50.474
- Proj. Ciência 2007 - Bolsas Pós Doc	182.366
- Proj. CROP - FP7	39.666
- Proj. SINGULAR - FP7	290.175
- PT 21 - Powered Textiles - Séc 21	49.236
- Public and Private in Mobile Com.	53.257
- Technologies for Purification	69.721
- Therapeutic Drug monitoring	47.839
- Outros	159.038
ERASMUS	275.502
FORMAÇÃO	72.043
OUTROS	1.525
TOTAL	4.566.299

Tabela 6 - Projetos 2013



A tabela apresentada discrimina alguns dos projetos com maior impacto estratégico durante o período em análise, nomeadamente na investigação científica, no investimento e na internacionalização (mobilidade de alunos e docentes).

Refira-se que os projetos com maior execução, são o UBIMedical, com o apetrechamento das suas instalações e a empreitada dos arranjos exteriores, seguindo-se o Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA) e a investigação científica em geral.



2.9.5.2. Análise Patrimonial

Para caracterizar o desempenho económico e financeiro da UBI, no ano de 2013, utilizou-se um conjunto de demonstrações financeiras e indicadores selecionados para o efeito.

No referente a mapas financeiros, efetuou-se uma análise das principais rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados, donde resultou a mensuração do resultado líquido do exercício.

Os indicadores selecionados são apresentados de acordo com duas perspetivas de análise: a económica e a financeira. Recorre-se ainda a indicadores alternativos de desempenho no sentido de medir a eficiência e produtividade da UBI.

2.9.5.2.1. Balanço

Ativo

Milhares de euros

Ativo	Exercícios económicos			
	2011	2012	2013	Δ 13/12
Disponível	8.876.100	11.249.467	10.913.726	-3,0%
Realizável a Curto Prazo	16.988.579	11.183.954	9.568.366	-14,4%
Existências	470	470	470	
Ativo Circulante	25.865.150	22.433.891	20.482.562	-8,7%
Realizável a Médio e Longo Prazo				
Imobilizado (líquido)	86.915.199	86.035.608	83.898.711	-2,5%
Acrêscimos e Diferimentos	98.560	69.951	16.855	-75,9%
Total do Ativo Líquido	112.878.909	108.539.450	104.398.127	-3,8%

Tabela 7 - Evolução das componentes do ativo

No final do exercício económico registou-se uma variação negativa de 3,0 % na rubrica disponibilidades, as quais se cifraram em cerca de 10,9 milhões de euros.

Em relação à rúbrica “Realizável a Curto Prazo”, é de sublinhar a diminuição de 14,4% relativamente ao exercício económico anterior de dívidas para com a UBI.